

EDITORIAL

Mensagem da Presidente da Sociedade Mineira de Pediatria

DOI: 10.5935/2238-3182.20140032

Caro Leitor,

No mês de março de 2014 foi realizado o Simpósio contra a Violência na Infância e Adolescência, promovido pela Sociedade Mineira de Pediatria, ocasião em que foram discutidas questões associadas à violência sexual e outras violências praticadas contra a criança e o adolescente.

O artigo 7º, capítulo I, do Estatuto da Criança e Adolescente diz que "a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência". Sabemos, ainda, que toda criança tem o direito de brincar, ir à escola, estar protegida e crescer forte e saudável. Mas esses direitos são violados diariamente para milhões de crianças brasileiras.

Estudo americano publicado por Afifi e colaboradores avaliou a associação entre uma história de cinco tipos de violência e maus-tratos na infância (abuso físico, abuso sexual, abuso emocional, negligência física e negligência emocional) e o uso abusivo de substâncias, incluindo álcool, sedativos, tranqüilizantes, opioides, anfetaminas, maconha, cocaína, alucinógenos, heroína e nicotina, durante a vida adulta. Todos os cinco tipos de maus-tratos na infância estavam associados à maior chance de todos consumirem drogas. O estudo conclui que a prevenção da violência e de maus-tratos na infância pode ajudar a reduzir o uso de drogas na população em geral.

As causas associadas ao uso de drogas são diversas. As mais frequentes associam-se a emoções e sentimentos com intenso sofrimento psíquico, depressão, culpa, ansiedade exagerada e baixa autoestima, seguidos pelo desconforto físico, uma dor sem localizar a causa e a busca pela "alegria e bem-estar".

O crack hoje bate em todas as portas. Entre as drogas, ele se destaca como elemento avassalador, pois ela é barato, de fácil acesso, tem alto poder de destruição e dessocializa a pessoa em mais velocidade que a cocaína e outras substâncias tóxicas. A capilarização da droga é monstruosa e ela tem preponderância sobre o álcool e a cocaína. Precisamos lembrar que também o álcool pode trazer grandes danos ao feto e à criança.

O destino de órfãos do crack também é preocupante. Apenas 20% dos municípios brasileiros têm abrigos cadastrados pelas autoridades, de acordo com o Censo 2012 do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, ou não há abrigos ou são clandestinos. Não são raros casos em que as crianças são deixadas com vizinhos ou conhecidos. Os parentes dos usuários de crack relutam em ficar com seus filhos, pois temem o comportamento imprevisível dos pais. As famílias têm medo dos dependentes químicos de crack, tidos como mais agressivos. O uso de crack pela mãe engrossa a lista dos preconceitos que permeiam a adoção. Há receio de que os bebês abandonados venham a sofrer transtornos mentais no futuro, associados à droga consumida durante a gestação. Esse sentimento contra os órfãos do crack potencializa o seu risco de virem a desenvolver quadros psicóticos, depressão, bipolaridade e até virem a se envolver com drogas no futuro. Por outro lado a proteção, o suporte psicológico e o apoio familiar anulam fatores de risco.

Quando se tem noção da repercussão do abandono, é fácil constatar nossa situação de calamidade pública. Os vínculos familiares são essenciais para a saúde mental e social, quanto mais nas fases iniciais do desenvolvimento humano. O abandono infantil representa uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares crianças e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do país.

As ações preventivas incluem o desenvolvimento de atitudes, valores, aptidões, comportamento sociabilizante, estímulo para aprimoramento das relações interpessoais e desempenho acadêmico e vocacional. Outra forma de

prevenir e combater a violência contra os jovens é dar visibilidade e disseminar informações sobre o problema, que permitam orientar os esforços das três esferas de governo e da sociedade civil.

Nesse excelente suplemento, você, leitor, poderá usufruir de excelentes revisões de temas pediátricos variados e de alta prevalência na nossa prática clínica. No artigo sobre "Perspectivas para o desenvolvimento de investigação científica em Educação Médica" os autores descrevem a importância de promover a competência docente e a investigação e condução de estudos experimentais. O artigo "Relação médico-paciente na adolescência" ratifica o grande papel da relação médico-paciente, além da relação técnica, não só privilegiando a doença em uma abordagem protocolar. No artigo "Derrame pleural parapneumônico: aspectos clínico-cirúrgicos e revisão da literatura", uma revisão completa foi realizada sobre os aspectos clínico-cirúrgicos na abordagem do derrame pleural em Pediatria. Os autores da revisão sobre "Nutrição parenteral em Pediatria: revisão da literatura" apresentam os principais elementos e atuais recomendações para o restabelecimento do estado nutricional da criança. O artigo "Doença Celíaca" aborda a complexidade do diagnóstico clínico, sorológico e da biópsia intestinal. Os autores discutem, ainda, sobre a real necessidade da realização da biópsia intestinal em casos selecionados. Ainda seguem excelentes revisões sobre os "Aspectos atuais no diagnóstico e abordagem da Infecção do Trato Urinário", "Hepatites Virais A, B e C em crianças e adolescentes", "Alergia a himenópteros: do ambulatório à urgência", "Hidronefrose" e "Asma quase fatal".

Agradecemos, em nome dos pediatras mineiros, pelo envolvimento e dedicação incondicionais do grupo editor da RMMG, que colabora continuamente para o aprimoramento e atualização dos pediatras.

Abraço,

Raquel Pitchon dos Reis
Presidente da Sociedade Mineira de Pediatria
Gestão 2013/2015